

Banqueiros concluem que medidas adotadas ainda são ineficazes

O pacote econômico está incompleto e só será eficaz se forem adotadas medidas específicas de contenção dos gastos públicos, para reduzir o déficit, e a correção monetária e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor forem preservados (expurgados) dos efeitos de aumentos de preços decorrentes da retirada dos subsídios. Sem cortes dos gastos públicos e sem a desindexação, o conjunto de medidas anunciadas na última quinta-feira poderá não dar resultados esperados.

Em resumo, essa foi a conclusão a que chegaram cerca de 30 banqueiros, membros do Conselho Superior de Orientação da Federação Brasileira das Associações de Bancos, após uma reunião de quase duas horas para examinar o "pacote". Após o encontro, o presidente da Federação, Roberto Konder Borhansen, disse que essas medidas constituem "um ato arbitrário de discriminação contra o setor financeiro". A antecipação de impostos, segundo ele, não deveria ser exigida de um setor aleatoriamente.

POSIÇÃO DOS BANCOS

"Em relação à redução do déficit público, as medidas foram altamente positivas, mas deverão ser complementadas pela redução dos custos governamentais e de suas empresas, especialmente no custeio, o que se espera seja imediatamente anunciado", comenta a nota oficial da Febraban.

As medidas, segundo os banqueiros, foram também positivas em relação aos juros, principalmente devido à eliminação dos limites quantitativos. A curto prazo, os fatores positivos serão neutralizados pelo aumento do depósito compulsório e pela antecipação dos impostos. Mesmo assim, "a despeito de largamente penalizados pelas medidas fiscais adotadas, inclusive com tratamento desigual em relação a outras atividades econômicas", a Federação recomendará aos bancos filiados, uma redução voluntária nas suas margens de juros (**spreads**).

A nota da Febraban detém-se principalmente no conjunto de medidas que poderão provocar um recrudescimento da inflação. "A eliminação de subsídios do preço do petróleo e trigo terá certamente efeitos negativos, o que deverá influir no custo nominal do serviço da dívida pública. Conseqüentemente, poderá ser anulada, parcial ou totalmente, a redução do déficit público em valores nominais. Daí a conveniência de ser realizada a desindexação atingindo a correção monetária e o INPC, inibindo os efeitos inflacionários imediatos da correção de preços."

Bornhausen reconheceu que a desindexação é uma medida bastante completa por suas implicações no setor cambial, mas manifestou a esperança de que o governo encontre uma solução para esses problemas.